

"Instrumento político"

O objetivo dos parlamentares da oposição, de parte da imprensa e de membros do Ministério Público é, segundo Pedro Passos, o de tentar envolver a sua família em denúncias de grilagem "como instrumento de ataque político" ao governador Joaquim Roriz.

"Há um interesse político indisfarçável, que ficou óbvio com o imediato ajuizamento de ações contra nós e a demora de dez anos na propositura de ação para desconstituir o Condomínio RK", afirmou.

Segundo frisou Passos, foi o governo petista que editou lei priorizando a regularização de loteamentos em terras públicas, "em retribuição ao apoio político e financeiro que o a campanha do PT recebeu de vários loteadores".

"Há uma perseguição im- placável contra mim. Nunca fui sequer denunciado por grilagem, mas uma parte da mídia noticia ações judiciais, nas quais eu nem sequer me defendi, como se elas já tivessem sido julgadas em definitivo", lamentou. "O *Correio Braziliense* já foi condenado a me indenizar por danos morais, justamente por causa disso", acrescentou.

Passos fez questão de dizer que, em momento algum, ele recebeu qualquer tipo de ajuda do governo Joaquim Roriz. "Não confun-

dimos a nossa amizade pessoal com assuntos públicos. Ele nunca moveu uma palha para me ajudar em nada", declarou.

Em seguida, Passos disse que um dos políticos envolvidos na tentativa de acusá-lo é um "desqualificado", que, embora "oriundo de família com tradição nos meios forenses, trata-se de um analfabeto jurídico". Esse "indivíduo", segundo Passos, "conta com o desprezo dos seus pares, que o chamam de Fulaninho Beira-Lago, numa alusão ao notório traficante Fernandinho Beira-Mar."

O empresário foi enfático. "Com pessoas assim é que foi feita a tão falada CPI da Grilagem. De todos, ele é o mais assanhado, desvairado e delirante. Vive

tentando requerer pseudofatos e inventar falsas notícias, investindo em todas as frentes possíveis, numa atitude que possivelmente só, mesmo o uso de alucinógenos pode explicar".

Qualquer solução para o problema das terras públicas, segundo Passos, só será possível com respeito às leis e ao direito de propriedade. "Discursos demagógicos e denúncias sensacionalistas e improcedentes não vão resolver", alertou ele.

Leia a íntegra do pronunciamento do empresário encartada nesta edição.

Empresário diz que governo do PT priorizou legalização de condomínio em terra pública para retribuir doações